

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

12/03/2016

O Estado de S.Paulo

Notas

O Estado de S. Paulo - 12/03/2016

Lobista é o primeiro condenado da Zelotes

Saiu a primeira condenação no âmbito da Operação Zelotes, que investiga a venda de medidas provisórias (MP) feitas “sob encomenda” e um esquema de compras de decisões no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). O juiz Vallisney Oliveira, da 10ª Vara Federal do DF, condenou na noite de quinta-feira, 10, o lobista Hallysson Silva a quatro anos e três meses de prisão em regime semi-aberto pelo crime de extorsão. Hallysson estava preso preventivamente desde outubro do ano passado.

Veja On Line

Condenado na Zelotes tem vínculos políticos e mais pendências na Justiça

12/03/2016

Hallysson Carvalho Silva havia sido sentenciado por apropriação indébita e mesmo assim ocupou cargo no governo do Piauí

Primeiro réu a ser condenado na Operação Zelotes, o empresário piauiense Hallysson Carvalho Silva, sentenciado por extorsão a quatro anos e três meses de prisão em regime semiaberto pelo juiz Vallisney de Souza Oliveira, da 10ª Vara Federal em Brasília, já tinha outras pendências na Justiça Federal. Ele também é uma figura conhecida no meio político do Piauí.

Em 2012, ele foi condenado na 1ª Vara Federal do Piauí por apropriação indébita de centrais de ar-condicionado e do mobiliário quatro de agências dos Correios no Piauí. Uma empresa dele, a Serlinc Incorporações, tinha sido contratada pela estatal por 554.109,96 reais, por meio de uma concorrência de 2005, para obras em oito agências dos Correios. Conforme a denúncia, em 2007 Hallysson se aproveitou da confiança de ser o prestador de serviços para subtrair os equipamentos. Os Correios ainda movem ação para cobrar indenização dele e da empresa.

Em sua defesa, ele disse que os Correios não cumpriram o contrato, o que fez com que a Serlinc acumulasse dívidas com fornecedores e não conseguisse entregar as obras - pela falta de pagamento, os fornecedores teriam retido os equipamentos. A pena foi de um ano e quatro meses de reclusão, convertidos em prestação de serviços comunitários. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região já negou um recurso do réu.

A Zelotes também encontrou mensagens de e-mail que indicam que ele pode ter se envolvido em outro episódio de extorsão, com cobrança de 1,5 milhões de dólares, da empresa árabe Wapco, que negociava **combustível** com a **Petrobras**. A Polícia Federal chegou a dizer que Hallysson age como um cobrador contumaz.

Hallysson foi um dos dezesseis denunciados pelo Ministério Público Federal na Zelotes, que desvendou um esquema de corrupção montado por lobistas para aprovar medidas provisórias com benefícios fiscais em prol da indústria

automotiva no fim do governo Lula. Eles também são acusados de pagar propina a integrantes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), para anular multas da Receita a empresas. Apontado como um personagem menor na trama, Halysson ameaçou o principal acusado no esquema, Mauro Marcondes, e a mulher dele, Cristina Mautoni - o casal está preso. Halysson cobrava pagamentos que Mauro Marcondes recebeu da MMC (Mitsubishi), mas não repassou aos lobistas associados a ele, como José Ricardo da Silva, dono da consultoria SGR, e Alexandre Paes dos Santos, seu consorciado informal. O réu então ameaçou entregar um dossiê à imprensa e à oposição, com detalhes sobre o esquema de corrupção, e pediu 1,5 milhão de dólares.

O juiz Vallisney escreveu na sentença - da qual cabe recurso - o modus operandi de Halysson: ele usa a identidade, e-mails e telefones de pessoas próximas para tentar se encobrir nas extorsões. O grau de censurabilidade de sua conduta é mais elevado que o normal, pois envolveu, de forma consciente, o nome e dados de pessoas próximas e conhecidas para perpetrar o delito e permanecer impune, disse o magistrado.

Política - Halysson rechaçou ter envolvimento com o suborno de agentes públicos no governo federal e no Congresso, principal suspeita da Zelotes. Apesar disso, ele revelou ter contatos com parlamentares e dirigentes partidários. Ele ocupou no ano passado, por cerca de seis meses, o cargo de diretor na Fundação Cultural do Piauí (Fundac), vinculada ao governo de Wellington Dias (PT). Aos senadores da CPI do Carf, o réu declarou ter sido indicado pelo deputado estadual e cantor Francis Lopes (PRP). Ele também teve cargo em comissão na Câmara dos Deputados: foi nomeado em 2007 pelo então deputado pelo PTB Frank Aguiar, atualmente no PMDB e vice-prefeito de São Bernardo do Campo (SP). Na CPI, Halysson também revelou já ter sido filiado ao PFL (atual DEM), PSDB, PPS e por último ao PMDB, partido pelo qual tentou se eleger deputado federal em 2010

Diário do Povo PI

Piauiense é o primeiro condenado na Zelotes

12/03/2016

O piauiense Halysson Carvalho Silva foi o primeiro réu da Operação Zelotes a ser condenado. O juiz da 10ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, Vallisney de Souza Oliveira, condenou Halysson a quatro anos e três meses de reclusão em regime semiaberto pelo crime de extorsão. O advogado dele disse que vai recorrer da decisão. Segundo ele, o recurso se dará com o réu em liberdade, já que Halysson foi condenado por um juiz, e não por um colegiado.

Halysson Carvalho é ex-diretor da Fundação Cultural do Piauí (Fundac) e foi preso na Operação Zelotes, deflagrada pela Polícia Federal em março de 2015, acusado de tentar extorquir empresários. Segundo a denúncia, ele teria ameaçado outros dois investigados na operação, Mauro Marcondes e Eduardo Ramos, para cobrar um pagamento atrasado de US\$ 1,5 milhão do suposto esquema de compra e venda de medidas provisórias (MPs). As cobranças eram feitas, segundo a Polícia, por meio de ligações e e-mails em tom ameaçadores aos outros investigados.

A Operação Zelotes foi deflagrada pela Polícia Federal em Brasília e vários estados. Inicialmente, apurava o pagamento de propina a conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) para que reduzissem as multas aplicadas a empresas como bancos, montadoras e empreiteiras. Segundo a defesa de Halysson Carvalho Silva, ele irá apelar da condenação em

liberdade por motivos de saúde e, de acordo com os advogados, deveria ser solto do presídio da Papuda, em Brasília, ainda ontem.

O **Carf** é um órgão do Ministério da Fazenda responsável pelo julgamento de recursos de empresas multadas pela Receita Federal. Em outubro de 2015 a Operação Zelotes também descobriu indícios de venda de medidas provisórias que prorrogavam incentivos fiscais a empresas do setor automotivo.

JB On line RJ

Advogados denunciados na Zelotes negam participação em fraudes no **Carf**

12/03/2016

Os advogados Vladimir e Camilo Spíndola negaram nesta sexta-feira(11), em depoimento perante o juiz federal Vallisney de Souza Oliveira, da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, ter recebido da empresa Marcondes e Mautoni (M&M) pagamento por serviços não prestados. Os dois irmãos foram denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF) no Distrito Federal por lavagem de dinheiro no inquérito decorrente da Operação Zelotes.

Na denúncia, o MPF afirma que a servidora pública Lytha Spíndola, mãe de Vladimir e também denunciada, usou o escritório do filho para receber R\$ 2 milhões pagos pela M&M, também investigada na Zelotes. Segundo o MPF, Vladimir e o irmão dele, Camilo Spíndola, não só conheciam as irregularidades praticadas pela mãe, como a ajudavam ocasionalmente. Vladimir rebateu a interpretação do MPF de que seja laranja da mãe.

"Pela denúncia, eu e meu irmão somos incapazes", afirmou o advogado, dizendo que a mãe jamais ganhou dinheiro por eles. Esse dinheiro foi ganho por trabalhos prestados e declarados. Para mim, o mais importante é que eu tenha esclarecido os fatos e que o senhor possa me absolver dessa acusação, absolutamente injusta, feita de forma sórdida", disse ele ao juiz.

O advogado considerou "surreal" a denúncia do MPF e explicou que os valores que o escritório dele recebeu da M&M referiam-se a consultoria prestada em processos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**). "É surreal a peça contra mim, e ainda mais cruel contra a minha mãe. Não tem nenhuma base de verdade, nenhum elemento de prova", afirmou Spíndola. Camilo Spíndola, também convocado para interrogatório hoje, confirmou que o irmão prestou serviços à Marcondes e Mautoni. Não atuou nesses temas [tributários], mas acompanhei o tanto que meu irmão trabalhou para esse cliente (M&M). O trabalho [era] diurno e noturno, quase exclusivo, naquela época [2010].

Eu sou testemunha, não apenas como irmão, mas como sócio do escritório, de que meu irmão trabalhou mais de 14 horas por dia naquele processo, disse Camilo, que também foi denunciado pelo MPF. Para Vladimir, o MPF foi induzido ao erro ao incluí-lo na denúncia. "O Ministério Público só me denunciou porque foi levado a erro. A Polícia Federal sabia que nós prestamos os serviços", explicou o advogado. Ele negou ter trabalhado, a serviço da M&M, pela aprovação da Medida Provisória 471 no Congresso Nacional, que rendeu benefícios fiscais às empresas Caoa e Mitsubishi Motors, de 2010 a 2015.

A Operação Zelotes, da Polícia Federal, investiga um suposto esquema de venda de sentenças do **Carf** para beneficiar empresas que foram multadas pela Receita Federal e a negociação de medidas provisórias a favor de empresas do setor automobilístico. O **Carf** é um órgão do Ministério da Fazenda ao qual contribuintes recorrem contra multas.

13/03/2016

Correio do Povo RS

TARF Reformulação para maior transparência

13/03/2016

Tribunal é alvo de um projeto de lei que visa à melhoria da receita do Estado

As fraudes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), que deram origem à Operação Zelotes, colocaram lente de aumento sobre os órgãos que têm a mesma atribuição nas esferas estaduais. Se na União existe o Carf, no Rio Grande do Sul há o Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (Tarf) que julga, em segunda instância, litígios em matéria tributária entre a Fazenda estadual e os contribuintes.

Este tribunal é alvo de um projeto de lei, em tramitação na Assembleia Legislativa, que propõe a reformulação do órgão. Na próxima quinta-feira, às 9h30min, na AL, vai ser realizada audiência pública sobre o assunto.

O deputado estadual Luís Augusto Lara (PTB), autor da proposta, diz que alterações são necessárias para tornar o Tarf mais transparente. "Depois de tudo o que está acontecendo em âmbito federal, no Carf, se nós não reformularmos esta lei será, no mínimo, uma negligência do Parlamento e do próprio governo. Melhorando a transparência, com certeza vamos melhorar a receita", argumenta, ao lembrar que a lei vigente é da década de 1950. "E estas empresas gaúchas que estão sendo investigadas pela conduta no Carf, será que também não devem impostos estaduais? Isto precisa ser conhecido, no mínimo, pelo Tribunal de Contas do Estado e pela Assembleia que têm poder fiscalizador", acrescenta.

A presidência do Tarf/RS adianta que é alto o índice de deliberações dos recursos a favor do Estado. Por meio de um levantamento inédito no Tribunal, de setembro de 2014 a janeiro de 2016, foram avaliados 830 processos julgados pelas duas Câmaras e pelo Pleno do Tribunal.

O acompanhamento dos julgamentos, que soma R\$ 1,16 bilhão, apontou que 96% dos processos de cobrança de impostos tiveram decisão favorável ao Estado.

Do total de processos avaliados, 6,5% (54 deliberações) acataram total ou parcialmente o que alegavam os contribuintes, correspondendo a um valor de R\$ 44 milhões. "Os julgamentos seguem critérios jurídicos pautados na lei e na boa jurisprudência", ressalta o presidente do Tarf, Renato Calsing.

Desde setembro de 2015, o Tarf e a Divisão de Processos Fiscais (DPF), órgãos vinculados à Receita Estadual, passam por uma inspeção especial do TCE.

Quando iniciou a auditoria, o TCE lembrou que tramitavam na Fazenda, em 2014, mais de 5 mil processos, envolvendo R\$ 8,5 bilhões em créditos tributários passíveis de cobrança. "É um absurdo um deputado não ter acesso aos dados de uma fonte de receita importantíssima como essa. O TCE passou seis anos tentando ter acesso aos processos de recursos administrativos e conseguiu isso só no final do ano passado", critica Lara. O TCE informou que a auditoria no Tarf ainda está em curso.

Para o presidente do Sindicato dos Técnicos Tributários da Receita Estadual (Afocefe/RS), Carlos de Martini Duarte, a situação financeira do Estado está estritamente ligada à arrecadação das receitas. "O controle social sobre a administração tributária inexistente no RS. Há falta de transparência dos métodos de cobrança, e nos perguntamos qual a medida que a Fazenda está tomando

para aumentar a fiscalização? Isso explica porque as empresas devem ao erário e porque hoje nossa dívida ativa já chega a R\$ 37 bilhões.

Quanto maior a crise, maior a inércia da Fazenda estadual."

Cenário MT

Relator da CPI do Carf apresentará plano de trabalho na terça-feira

13/03/2016

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga denúncias de fraude na atuação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) reúne-se na terça-feira (15) para a apresentação do plano de trabalho do relator, deputado João Carlos Bacelar (PR/BA), e votação de requerimentos .

O Carf é uma instância administrativa, ligada ao Ministério da Fazenda, para resolução de conflitos entre contribuintes e o governo sobre cobrança de impostos (é o chamado contencioso administrativo). A composição do Carf é paritária, com representantes do governo e dos contribuintes, designados pelo ministro da Fazenda.

No ano passado, a Polícia Federal deflagrou uma operação para investigar denúncias de que conselheiros teriam recebido dinheiro para favorecer empresas em decisões contra o governo. A investigação recebeu o nome de Operação Zelotes.

A reunião ocorrerá no plenário 13, a partir das 11 horas.

14/03/2016

IstoÉ

Acelerou o impeachment

Revista ISTOÉ - 14/03/2016

Revelada com exclusividade por ISTOÉ, delação de Delcídio inflama articulação pela saída de Dilma

Mel Bleil Gallo

O movimento pelo impeachment de Dilma Rousseff começou morno em setembro passado, quando a presidente foi acusada pela primeira vez por crime de responsabilidade no Petrolão. Em dezembro, o processo ganhou corpo com as denúncias das pedaladas fiscais, mas ele só esquentaria após a prisão do marqueteiro petista João Santana, em fevereiro. O ponto de ebulição veio após as revelações feitas pelo senador Delcídio do Amaral (PT-MS) em depoimento aos investigadores da Lava Jato, apresentadas com exclusividade por ISTOÉ.

Na semana passada, a marcha do impeachment chegou à temperatura máxima. Os últimos dias foram de intensa articulação. De um lado, governistas começaram a se desvencilhar dos laços com Dilma. De outro, a oposição, munida da expectativa de que o Supremo Tribunal Federal (STF) dê em breve um parecer final sobre o rito do impeachment, começou a contar votos no placar da comissão especial que decidirá o futuro do governo. A avaliação da maioria dos opositoristas, respaldada por parte considerável da base aliada, é que avançou muito, entre parlamentares de diversos partidos, o apoio à saída imediata de Dilma.

A adesão aos protestos convocados para o domingo 13 será o termômetro final para a derrocada do Planalto. Um fato marcante que demonstra a erosão da base de apoio de

Dilma se deu na quarta-feira 9. No período da manhã, o presidente do Senado, o peemedebista Renan Calheiros, até então aliado de todas as horas do Planalto, se encontrou com Lula e entregou ao ex-presidente uma edição da Constituição Federal, declarando que as investigações da Lava Jato estavam extrapolando regras. À tarde, Renan teve uma conversa privada com Dilma.

À noite, participou de um jantar na casa do senador tucano Tasso Jereissati, ao lado de Aécio Neves e outros seis senadores do PSDB, e finalmente deixou claro o que pensa. O que Renan disse aos presentes é um sinal inequívoco do isolamento da presidente. "Pois é, estive com o Lula e a Dilma. No final, estou aqui, onde me sinto mais em casa." O encontro noturno promovido por Tasso Jereissati deve provocar novas dores de cabeça para o governo. Uma das propostas encampadas por Renan é a instituição do "semipresidencialismo", uma espécie de parlamentarismo brando.

O tema será debatido em uma comissão especial do Senado e permitiria alterações no comando do governo sem desencadear crises de proporções vulcânicas como a que o País enfrenta agora. A articulação pró-impeachment começou imediatamente após a deleção de Delcídio ser publicada por ISTOÉ. A partir de uma estratégia definida por deputados e senadores, o grupo decidiu elaborar um aditamento ao pedido de impeachment, acrescentando as declarações contidas nos documentos revelados pela reportagem.

Entre outras coisas, Delcídio disse, na deleção, que Dilma teria interferido diretamente nas investigações do esquema de corrupção na Petrobras e que Lula seria o responsável por tentar comprar o silêncio do ex-diretor Nestor Cerveró. Para que o processo avance no Congresso, o STF precisa agora se posicionar sobre os embargos apresentados pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). A deleção de Delcídio também mobilizou parlamentares de siglas como DEM, PSDB, PPS e PSB, além da ala insatisfeita do PMDB.

Decididos a lutar pela saída da presidente, eles se reuniram com o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, de quem ouviram a promessa de que o tema seria pautado com rapidez. Além de travar o processo que pode levar à cassação de Dilma, o imbróglio jurídico também foi usado por Cunha para justificar o adiamento da instalação das comissões que permitem o avanço de projetos na Casa. A medida reforça o clima de paralisia em Brasília e se soma a outra estratégia da oposição, a de obstruir ao máximo as sessões do Plenário e impedir que o governo consiga votar pautas como a volta da CPMF e a reforma previdenciária, propostas por Dilma como possíveis soluções para superar a crise econômica.

Considerado por muitos analistas um caminho viável para a cassação da chapa de Dilma e do vice-presidente Michel Temer, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) também alimenta as expectativas da oposição. Neste caso, porém, pairam algumas dúvidas. Após o STF ter aceitado a denúncia da Procuradoria-Geral da República contra Cunha, a linha sucessória entre os poderes passou a ser vista como um possível entrave, uma vez que a decisão política de se cassar um governo eleito e substituí-lo por um réu do STF poderia pesar na decisão dos ministros na hora de se posicionarem sobre o tema. Enquanto a Câmara aguarda a decisão do STF, a articulação pró-impeachment ganha força.

Também identificada pela oposição como um importante espaço para avançar nas investigações contra o atual governo, a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CPI do Carf) será presidida pelo deputado Pedro Fernandes (PTB-MA) e relatada por João Carlos Bacelar (PR-BA). Na quinta-feira 10, a CPI aprovou um pedido de acesso a todos os inquéritos e desdobramentos da Operação Zelotes, que investiga Lula e familiares em um suposto esquema de compra de Medidas Provisórias. A ideia é

convocar Lula e seu filho mais novo, Luís Cláudio Lula da Silva, para deporem na CPI. O impeachment vem ganhando voz em diversas instâncias.

Também na semana passada, o ministro André Luís de Carvalho, do Tribunal de Contas da União (TCU), pediu que a corte inclua a presidente Dilma e outros ex-conselheiros da Petrobrás entre os responsáveis por prejuízos de US\$ 792 milhões na compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA). O pedido foi feito na quarta-feira 9 e se apoiou em trechos da delação premiada de Delcídio. A marcha do impeachment está aglutinando inúmeros setores da sociedade, inclusive os mais moderados. Uma das declarações que mais chamou a atenção do Palácio do Planalto veio do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Cláudio Lamachia.

Após ler as denúncias veiculadas por ISTOÉ, Lamachia disse o seguinte: "Se confirmados esses fatos, nossa instituição não faltará ao Brasil e tomará as medidas necessárias, até mesmo um pedido de abertura de impeachment", afirmou o advogado. A fundadora da Rede Sustentabilidade e ex-senadora, Marina Silva (AC), alfinetou a militância petista ao criticar "a tentativa de desqualificação dos indícios que embasam a ação do MPF e da PF" e defendeu a necessidade de se "reunificar o Brasil". Tudo indica que o movimento pelo impeachment de Dilma é mesmo um caminho sem volta.

O Globo On Line

Zelotes: representante da Mitsubishi nega ter negociado com lobistas

14/03/2016

Investigadores suspeitam que a contratação tenha sido feita para negociar MPs

BRASÍLIA - Em linha com o que já tinha dito outro executivo da empresa, o dono da montadora MMC, Eduardo de Souza Ramos, disse que não interferiu nos contratos firmados com a consultoria Marcondes & Mautoni. Ele e o casal Maurco Marcondes e Cristina Mautoni são alguns dos réus da ação penal da Operação Zelotes, que investiga a possível negociação de medidas provisórias (MPs) para beneficiar o setor automotivo. Nesta sexta-feira termina fase de interrogatórios dos réus na ação penal aberta na Justiça Federal do Distrito Federal.

Eduardo Ramos afirmou que foi o ex-presidente da MMC Paulo Arantes Ferraz quem contratou a Marcondes & Mautoni. Em depoimento na semana passada, Ferraz reconheceu que ele foi o responsável por contratar a consultoria, mas ressaltou que não acompanhava o trabalho de Mauro Marcondes de perto, nem lhe deu autorização para praticar atos de corrupção. Nesta segunda-feira, Eduardo Ramos, dono e 87% da MMC, que fabrica veículos da Mitsubishi no Brasil, disse que o ex-executivo tinha total autonomia para cuidar desse negócio.

- Não intervim de jeito nenhum. Nem nesse nem em nenhum outro contrato - disse Eduardo Ramos sobre a contratação da Marcondes & Mautoni.

Deflagrada em março do ano passado, a Zelotes começou investigando irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão ligado ao Ministério da Fazenda. Depois, os investigadores também passaram a analisar possível venda de trechos de MPs para beneficiar algumas montadoras, entre elas a MMC e a Ccoa, representante da Hyundai no país.

Em resposta a um dos advogados, ele elogiou o currículo de Mauro Marcondes, que já foi vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e tinha pontes com o governo federal. Destacou também que a MMC é pequena em comparação com outras

montadoras com maior participação no mercado nacional, que teriam mais a ganhar com as medidas provisórias. Por orientação da defesa, Eduardo Ramos não respondeu as perguntas do representante do Ministério Público Federal (MPF), o procurador Frederico Paiva.

A Zelotes tem 15 réus, entre os quais também está Robert de Macedo Soares Rittscher, presidente da MMC. Até agora, houve uma condenação, por estelionato, de Halysson Carvalho Silva, que pegou uma pena de quatro anos e três meses em regime semiaberto, mas poderá recorrer em liberdade. Ele é acusado de ter sido contratado por lobistas para ameaçar outros lobistas. Isso porque uma parte dos valores negociados na venda das MPs não teria sido repassada conforme combinado previamente. Sobre e-mail enviado por Halysson à sua secretária, com ameaças para que a MMC fizesse o pagamento, Eduardo Ramos disse que tinha um conteúdo absurdo e o comparou a trotes de falso sequestro.

- Uma coisa sem pé nem cabeça, pedindo valores altos - afirmou o dono da MMC, concluindo:

- Não dei nenhuma importância.

Consultor Jurídico

Carf flexibiliza regimento interno e prejudica o advogado

14/03/2016

"Não carregueis convosco dois pesos, um pesado e o outro leve, nem tenhais à mão duas medidas, uma longa e uma curta. Usai apenas um peso, um peso honesto e franco, e uma medida, uma medida honesta e franca, para que vivais longamente na terra que Deus vosso Senhor vos deu. Pesos desonestos e medidas desonestas são uma abominação para Deus vosso Senhor" [1].

A pia passagem acima transcrita é para os santos e isentos de pecados, pois cremos de nada servir aos 'rábulas' que perambulam atônitos pelos corredores do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Explicamos ao leitor.

O Regimento Interno do Carf (Ricarf), em seus artigos 58 e 59, naquilo que nos interessa e a propósito do julgamento de processos administrativos de sua competência disciplina que:

"Art. 58. Anunciado o julgamento de cada recurso, o presidente dará a palavra, sucessivamente:

I - ao relator, para leitura do relatório;

II - ao recorrente ou ao seu representante legal para, se desejar, fazer sustentação oral por 15 (quinze) minutos, prorrogáveis por, no máximo, 15 (quinze) minutos, a critério do presidente;

III - à parte adversa ou ao seu representante legal para, se desejar, fazer sustentação oral por 15 (quinze) minutos, prorrogáveis por, no máximo, 15 (quinze) minutos, a critério do presidente;

IV - ao relator, para proferir seu voto;

V - aos demais conselheiros para debates e esclarecimentos.

(...)

§ 4º Os votos proferidos pelos conselheiros serão consignados em ata de julgamento, independentemente de ter sido concluído o julgamento do recurso.

(...)

§ 8º Quando concedida vista, o processo deverá ser incluído na pauta de sessão da mesma reunião, ou da reunião seguinte, independentemente da presença daquele que pediu vista, devendo, neste último caso, haver nova publicação em pauta.

Art. 59. As questões preliminares serão votadas antes do mérito, deste não se conhecendo quando incompatível com a decisão daquelas.

(...)

§ 3º No caso de continuação de julgamento interrompido em sessão anterior, havendo mudança de composição da turma, será lido novamente o relatório, facultado às partes fazer sustentação oral, ainda que já a tenham feito, e tomados todos os votos, ressalvado o disposto nos §§ 5º e 6º do art. 58."

Então, depreende-se da leitura do quanto vai acima regulamentado que nova sustentação oral em retomada de julgamento de processo administrativo somente será autorizada na hipótese em que houver a "mudança de composição da turma", correto?

Errado!

Recentemente, em turma julgadora do tribunal administrativo e em retorno de processo administrativo a julgamento e com mesma composição, que em sessão passada fora objeto de pedido de vista, frisamos, havendo a parte recorrente já promovido sustentação oral anterior, deu-se que a representação da Procuradoria da Fazenda Nacional, que até então não se manifestara, concluiu que seria interessante promover esclarecimentos àquela turma.

De pronto, o patrono do contribuinte que já havia se manifestado e sustentado suas razões em sessão do mês anterior manifestou sua contrariedade com tal pleito fazendário, fundado em texto regimental.

Qual não foi sua surpresa e da audiência quando rechaçada sua argumentação, em especial pelo fato de que o causídico fora informado com antecedência que não haveria alteração no quadro de conselheiros julgadores. Portanto, não lhe seria regimentalmente concedida a palavra.

Seguiram-se protestos e ânimos exaltados.

O presidente da turma, então tomado pelo espírito de Salomão [2], decidiu que a ambas as partes seriam franqueadas a tribuna, permitindo neste viés que a Procuradoria da Fazenda Nacional intempestivamente falasse ao colegiado.

E assim segue o **Carf**, ora aplicando de forma rígida o Regimento Interno, ora flexibilizando seus comandos de modo interpretativo nada escusável.

E aos advogados e a seus representados, desproporcionalmente tratados, resta-lhes somente questionar: Pode isso Arnaldo? [3] E só!

Referências

[1] Livro de Deuteronômio (25:13-16)

[2] O nome Salomão ou Shlomô (em hebraico:????), deriva da palavra Shalom, que significa paz e tem o significado de Pacífico . Também chamado de Jedidias (em árabe ?????? Sulayman) pelo profeta Natã. (II Samuel 12:24, 25). (...) Salomão se notabilizou pela sua grande sabedoria, prosperidade e riquezas abundantes, bem como um longo reinado sem guerras. Foi após a sua morte, que ocorre o previsto cisma nas Tribos de Israel, originando o Reino de Judá (formado pelas 2 Tribos), ao Sul, e o Reino de Israel Setentrional (formado pelas 10 Tribos), ao Norte. (Wikipedia)